

O FINANCIAMENTO DAS CANDIDATURAS A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE 2016 EM CURITIBA E SUA RELAÇÃO COM O SUCESSO ELEITORAL DOS CANDIDATOS

Vitor Pimenta Gomes de Souza ¹

Hélio Rubens Godoy Lechinewski ²

Resumo: Questões relativas ao financiamento eleitoral têm se tornado cada vez mais presentes nos noticiários e debates políticos no Brasil. Este artigo tem como objeto de estudo a eleição para vereadores de Curitiba no ano de 2016, e procura verificar a importância das finanças para este pleito eleitoral. Foi realizado um levantamento de dados dos 1.047 candidatos a vereadores de Curitiba, sendo as informações obtidas no Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os candidatos foram separados de acordo com os seus desempenhos eleitorais para, assim, serem feitas melhores comparações entre os postulantes. Estabelecida a metodologia, é aprofundado o estudo em relação às finanças destas candidaturas, demonstrando que para obterem um bom número de votos na eleição legislativa curitibana de 2016, os candidatos têm de alcançar um número considerável de contribuição por pessoas físicas e recorrer, em certa medida, aos seus próprios recursos, como também a um gasto eleitoral considerável. Além disso, verifica-se que os partidos possuem maior tendência em alocar seus recursos para os candidatos que já possuem ou possuíram algum cargo público eletivo, assim como as doações entre candidatos também sugerem a mesma propensão. Por fim, para que se possa realmente ter, além dos votos, o sucesso eleitoral, o candidato, fora um número razoável de recursos financeiros, precisa estar em um partido e/ou uma coligação que se faça competitiva.

Palavras-chave: Financiamento Eleitoral; Eleições Municipais; Curitiba.

¹ Graduando em Ciência Política pela Uninter

² Bacharel em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER); Mestre em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Professor e Presidente da Comissão Própria de Avaliação – CPA do UNINTER; Membro do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis), vinculado ao INEP/MEC

1 INTRODUÇÃO

No contexto das investigações da *Operação Lava Jato*, que expuseram o uso ilícito de recursos para as campanhas eleitorais, foi promulgada, no ano de 2015, a Lei n.º 13.165/2015, mais conhecida como “Minirreforma Eleitoral”, que muda a Lei Orgânica dos partidos políticos (Lei n.º 9.096/95), a lei que rege a maioria das normas eleitorais (Lei n.º 9.504/97) e o Código Eleitoral (n.º 4.737/65). Naquele momento, também houve a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF) referente ao financiamento de campanha eleitoral por pessoas jurídicas, que até então era permitido de acordo com o art. 81 da Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997: “[...] as doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas a dois por cento do faturamento bruto do ano anterior à eleição”.

Muitos são os estudos feitos a respeito do financiamento eleitoral e em uma larga escala desses estudos é demonstrada fundamental importância dos recursos financeiros para o bom desempenho eleitoral dos candidatos, ou seja, “[...] que quanto maior for a quantidade de recurso, maior a chance de sucesso eleitoral. Sendo político profissional, maior ainda a chance de receber mais recursos” (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2015).

Tal condição é abordada, por exemplo, nos estudos do cientista político norte-americano Gary Jacobson (1978), nos quais demonstra a relação positiva do gasto com o sucesso eleitoral no contexto norte-americano. Por meio de uma comparação entre *incumbents* (candidatos à reeleição) e *challengers* (novatos) nas eleições ao Senado americano em 1972 e 1974, é constatado que os candidatos à reeleição tendem a gastar menos que os desafiantes, ou seja, os que não possuem cargo de senador. Baseado nesse estudo de Jacobson, um estudo brasileiro procura identificar um fenômeno semelhante ao norte-americano nas eleições brasileiras ao utilizar como objeto de pesquisa as eleições de 2010 para deputados federais e estaduais no estado de Minas Gerais. Nesse trabalho, os autores Eduardo e Araújo (2016) constata uma correlação positiva entre maiores gastos eleitorais e sucesso eleitoral, constatação semelhante à tese de Jacobson:

[...] os dados mostram que a mediana dos gastos dos candidatos novatos eleitos foi consideravelmente maior, [...] Essa diferença nos gastos mostra

que os candidatos novatos, para tornarem-se competitivos, precisam gastar mais do que os outros, o que vai ao encontro da tese apontada por Jacobson. (EDUARDO; ARAÚJO; 2016; p. 25).

Entretanto, há outra vertente na literatura da ciência política brasileira que contesta essa teoria de que “[...] reeleito gasta menos que o novato eleito” no Brasil, em que demonstram que “[...] o mercado político brasileiro é, portanto, de alto risco [...] No Brasil, enfim, o dinheiro teria a mesma importância para todos os candidatos” (LEMONS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010, p. 368). Ou seja, pelo fato de o Brasil possuir um sistema de representação proporcional e de alta magnitude³, no qual há maior distância do eleitor com o seu representante, e ocorre alta taxa de renovação do poder legislativo, como é o caso da Câmara dos Deputados em Brasília, cuja média histórica de renovação é de 50,2%⁴, acarreta a necessidade de o incumbente, a cada eleição, “reconquistar” seu eleitorado.

Aprofundando um pouco mais a comparação entre o sistema eleitoral americano e o brasileiro, no que se refere aos candidatos à reeleição na Câmara Federal, uma pesquisa feita por Leoni, Pereira e Rennó (2003) tem como foco as carreiras dos congressistas brasileiros em comparação aos congressistas americanos. Eles observaram que devido às características do sistema eleitoral e político brasileiro, gera-se uma votação mais personalista, menos partidária e com um eleitorado pouco fidelizado, o que leva um incumbente ao legislativo brasileiro a fazer muito mais esforços para sua permanência no cargo em comparação ao modelo norte-americano.

Bruno Speck e Wagner Mancuso (2013), ao estudarem o capital político e os sexos dos candidatos para as prefeituras, buscam compreender qual característica da candidatura possui papel mais decisivo em seu sucesso eleitoral⁵. No que tange aos gastos eleitorais, os pesquisadores também apontam a relação positiva entre

³ “Os sistemas proporcionais têm como objetivo garantir que os cargos em disputa sejam distribuídos em proporção à votação recebida pelo concorrente. [...] O distrito eleitoral é a unidade territorial onde os votos são contabilizados para efeito de distribuição das cadeiras em disputa. [...] O número de cadeiras de cada distrito eleitoral é também chamado de magnitude, e é identificado pela letra M” (NICOLAU, 2004, p. 11-13), isso é, quanto maior for o número de cadeiras disponíveis por distrito, maior será a magnitude.

⁴ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/nao-aposte-todas-as-fichas-na-renovacao-do-congresso-entenda-por-que-4cq3j4vxetw1vcd1h6qytgl0k>. Acesso em: 17 ago. 2018.

⁵ Outros fatores explicam o desempenho eleitoral, de acordo com os pesquisadores. Por exemplo: se já exercia algum cargo de maior visibilidade, se era um candidato a reeleição; o sexo dos candidatos (candidatas possuem menores chances que os candidatos).

dinheiro e voto, na qual, “[...] quanto mais recursos o candidato tiver para tocar sua campanha, maior sua chance de obter votos e vencer as eleições” (p. 111). Essa constatação é de principal importância para este presente estudo, levando em conta que o objeto aqui analisado é a eleição para a Câmara de Vereadores na cidade de Curitiba.

Especificamente, a presente pesquisa procura contribuir para o entendimento de como foram realizados os financiamentos das campanhas para vereadores em Curitiba nas eleições de 2016 e, desses financiamentos, quais as formas que prevaleceram para as candidaturas bem-sucedidas, assim como para as malsucedidas, considerando o que apontaram Mancuso e Speck (2014), que demonstraram quais tipos de arrecadações foram mais importantes aos diferentes cargos eletivos em diferentes níveis federativos nas eleições de 2010 e 2012. No que corresponde ao cargo de vereadores nas eleições municipais de 2012, observou-se uma situação peculiar, diferenciando dos demais cargos, dos quais as fontes de recursos em que mais se prevaleceram foram as pessoas jurídicas, “[...] a exceção à regra fica por conta das eleições para vereador, em que predominam as doações de pessoas físicas e as autodoações” (MANCUSO; SPECK, 2014, p. 143). Isso é, o único cargo eletivo em que as arrecadações eleitorais não eram dominadas por empresas até a sua proibição era justamente para o cargo de vereador. Destacam que, nesse tipo de eleição, prevalece o autofinanciamento e a doação de pessoas físicas. Ciente dessa abordagem, o presente estudo procura verificar se essa constatação levantada por Mancuso e Speck também se aplica em relação a Curitiba no ano de 2016. A pesquisa analisa ainda quais foram as principais fontes de financiamento eleitoral, verificando se o gasto eleitoral possui alguma relação proporcional com o número de votos e o sucesso eleitoral.

Já a investigação feita por Heiller, que apresenta dados sobre o papel dos gastos nas eleições para vereadores de 12 municípios catarinenses de diferentes magnitudes em 2008, ressalta que “[...] há indícios de que efetivamente os recursos empregados pelos candidatos guardam relação com os votos obtidos nas urnas” (HEILLER, 2011, p. 102). Nesse sentido, já no que concerne ao perfil socioeconômico do candidato e a obtenção de recursos para a sua candidatura, sustenta-se a tese de que, segundo o autor, “[...] o fato de determinado candidato

possuir um patrimônio diferenciado parece aumentar-lhe as chances de vitória eleitoral por via direta, através do autofinanciamento” (HEILLER, 2011, p. 97).

Por sua vez, Silva e Cervi (2017), ao analisarem o financiamento das campanhas eleitorais para a Câmara dos Deputados em 2010 e 2014, fizeram uma classificação que se divide em quatro categorias: candidatos reeleitos, candidatos eleitos, derrotado competitivo⁶ e derrotado não competitivo⁷. A partir dessa tipologia, a separação e a categorização dos dados eleitorais, demonstra-se forte desigualdade de recursos obtidos – como esperado – e uma diferença significativa em relação a última categoria, que tem uma dependência muito maior do partido em matéria de receita, do que de pessoas jurídicas; já os derrotados competitivos são aqueles que mais investiram seu próprio capital em suas campanhas.

Apesar de investigarem a relação entre valor arrecadado e gasto pelas campanhas e o sucesso eleitoral, estes estudos antecedem ou tratam de eleições anteriores à minirreforma eleitoral de 2015, que alterou as regras para o financiamento eleitoral, as quais consistiam na proibição das doações de recursos por empresas. No decorrer do levantamento bibliográfico deste trabalho⁸, a publicação de maior relevância identificada e que leva em conta a atual regra, discorre sobre a dinâmica política na qual as empresas participam das eleições, como suas contribuições de recursos aos candidatos à presidência no ano de 2014 afetaram o processo e, em sua parte final, apresenta algumas sugestões de diferentes cenários, em que esta nova ordem pode trazer, indicando que um desses cenários, com esta lei vigente, incentivaria que a “[...] busca por recursos individuais pode levar ainda ao lançamento de candidatos ricos, que possam custear suas campanhas com recursos próprios” (HOROCHOVSKI; MANCUSO; CAMARGO, 2017, p. 59). Em demais textos publicados posteriormente à reforma, são levantadas apenas hipóteses referentes a esta nova lei e as consequências que elas podem trazer.

⁶ Esta categoria refere-se àqueles que não foram eleitos, entretanto, possuíram grande número de votos. Vale ressaltar que há candidatos não eleitos que alcançaram maior número de votos daqueles que foram eleitos, mas, devido ao quociente eleitoral, não foram capazes de obter uma vaga.

⁷ Já esta categoria refere-se àqueles que estiveram no grupo de menor votos, entre todos os candidatos.

⁸ Por meio de uma averiguação detalhada em *sites* de universidades brasileiras, revistas científicas, *Google Scholar* e *Scielo*, não foram encontrados textos específicos relacionados ao tema central deste presente artigo.

Para se analisar o financiamento eleitoral e a sua relação com o sucesso dos candidatos na eleição de 2016 para a Câmara de Vereadores de Curitiba, este estudo possui as práticas, os processos e os métodos utilizados de caráter empírico e exploratório, portanto, uma pesquisa quantitativa, na qual é realizado um levantamento de dados dos valores financeiros recebidos e aplicados por essas candidaturas. Baseado na metodologia utilizada por Cervi e Silva (2017), os candidatos a vereador da capital paranaense, na eleição de 2016, foram divididos em quatro segmentos, de acordo com os seus desempenhos eleitorais, dando condições para que seja feito o tabelamento padronizado das variáveis para que se possa quantificá-las. Portanto, os segmentos são assim tratados nesse estudo: **os reeleitos**, aqueles que já são vereadores e conseguiram ser eleitos novamente; **eleitos**, aqueles que foram eleitos sem serem portadores do cargo de vereador na legislatura anterior; **derrotados competitivos**, aqueles que não foram eleitos, entretanto, tiveram número alto de votos, que acabou contribuindo para seu partido ou coligação obter alguma cadeira na Câmara dos Vereadores de Curitiba (tendo limite mínimo de 2.000 votos, sendo que o quociente eleitoral foi de 2.208 votos e considerando que o candidato eleito com menor votação foi de 3000 votos); **derrotados não competitivos**, aqueles que não foram eleitos e tiveram fraco número de votos, ou seja, aqueles que pouco contribuíram à soma de votos para determinar o número de cadeiras conquistadas para com os seus partidos e coligações (já que o limite mínimo para os eleitos competitivos eram 2.000, consequentemente o limite máximo para ser considerado não competitivo foram de 1.999 votos).

2 O FINANCIAMENTO E OS GASTOS DOS CANDIDATOS A VEREADOR NA CIDADE DE CURITIBA NO PLEITO ELEITORAL DE 2016

Para melhor compreensão, vale tomar nota do contexto em que se encontrava o objeto de análise estudado. As eleições de 2016 foram marcadas por uma nova legislação eleitoral, com a aprovação da Lei n.º 13.165/2015, denominada de “Minirreforma Eleitoral”. Ela teve por finalidade a diminuição dos gastos de campanha, como a proibição de contribuição eleitoral por pessoas jurídicas, e alterações nas regras para a contribuição eleitoral por pessoas físicas, como a

limitação de 10% dos rendimentos brutos do indivíduo, auferidos ao ano anterior das eleições. A lei também fez alterações nas fórmulas eleitorais, como no caso do quociente eleitoral (obtem as cadeiras aqueles que conquistarem votos que, no mínimo, sejam 10% do quociente eleitoral, na proporção que o quociente partidário indicar).

As eleições de 2016 foram locais, portanto, foram votados os candidatos aos cargos de prefeito e vereadores. Em Curitiba, o pleito contou com oito candidatos ao executivo municipal, sendo o candidato eleito para o cargo de prefeito, Rafael Greca (PMN), após concorrer em um segundo turno com o deputado estadual Ney Leprevost (PSD). Quanto à disputa para o legislativo municipal, ela contou com um cenário de alta fragmentação partidária, tendo 34 partidos inscritos e um número recorde de candidatos deferidos, com 1.047 postulantes disputando as 38 cadeiras para a vereança.

No que se refere à eleição para a Câmara de Vereadores, os partidos que obtiveram maior sucesso entre reeleitos e eleitos foram o PDT e PSD, com cinco e quatro cadeiras, respectivamente. Foram eleitos candidatos de 19 partidos e contabilizado um quociente eleitoral de 23.180 votos mínimos para que um partido ou coligação pudesse obter uma cadeira. Curiosamente, o partido do Prefeito eleito, Rafael Greca (PMN), não elegeu nenhum vereador, o que é uma das consequências da alta fragmentação de partidos decorrente do sistema eleitoral e partidário brasileiro e que é refletida também na eleição para a Câmara dos Vereadores de Curitiba. Porém, a coligação na qual o partido de Greca inseriu-se na eleição para o legislativo conseguiu eleger cinco vereadores, sendo três deles do PSB e os outros dois, do DEM. No que tange à renovação do conjunto de vereadores, 60,53% dos candidatos eleitos foram reeleitos, isso é, foi registrada uma taxa de renovação menor (39,47%) em relação à média histórica nacional (49,8%).

Passando dos resultados gerais da eleição de 2016 para os valores financeiros das campanhas a vereador, a primeira variável a ser analisada é o total arrecadado pelas doações por pessoas físicas, seguidas pelas doações de partidos. Na sequência, é verificado o uso de recursos próprios e, por fim, serão analisados

os gastos⁹, podendo-se, assim, concluir se há um princípio de relação entre dinheiro (arrecadação e gasto), votos recebidos e sucesso da candidatura.

Tabela 1 – Total de recursos recebidos pelos candidatos, por faixas de valores (em %)

Categoria	Reeleitos	Eleitos	Derrotados Competitivos	Derrotados Não Competitivos
Sem Declaração	0,00%	0,00%	0,00%	2,23%
0	0,00%	0,00%	1,45%	10,64%
0,01 - 5.000	0,00%	6,68%	21,74%	72,66%
5.000 - 15.000	0,00%	33,33%	14,49%	10,85%
15.000 - 30.000	17,39%	33,33%	21,74%	1,91%
30.000 - 50.000	17,39%	13,33%	17,39%	1,18%
50.000 - 100.000	26,09%	13,33%	15,94%	0,32%
100.000 +	39,13%	0,00%	7,25%	0,21%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Valores calculados pelo autor, a partir de dados obtidos junto ao TSE (2016).

Ao identificar o total arrecado pelos candidatos, é possível verificar, de forma mais ampla, o volume das arrecadações e tomar nota das discrepâncias comparadas aos quatro tipos de candidatos. Nota-se, primeiramente, que entre os candidatos à reeleição, a maioria (39%) está presente na faixa de maior recurso obtido, acima de R\$ 100.000,00, já a arrecadação mínima que um candidato à reeleição declarou obter foi na faixa de R\$ 10 a R\$ 30 mil. Outro segmento de candidatos que possui porcentagem na faixa mais alta de valores da escala é dos derrotados competitivos (7%).

Dos indivíduos que representam essa faixa de valores, nesse segmento (derrotados competitivos), três deles (de um total de cinco) possuem ou já possuíram cargos públicos eletivos, ou seja, podem possuir maior capital político e social, devido às suas experiências políticas anteriores. Já os eleitos demonstraram maior concentração em faixas da escala com valores menores e médios. No que concerne aos Derrotados não Competitivos, aparecem números bem diferentes em relação aos demais tipos de candidatos, o que demonstra a concentração discrepante

⁹ As doações via internet não serão analisadas devido ao pouquíssimo número de candidatos (10 de 1.047) que receberam recursos por essa fonte, culminando em um volume com quase nenhuma expressão, como será demonstrado na seção das fontes de receita, para a análise geral das contas das campanhas eleitorais para a Câmara de Vereadores de Curitiba de 2016.

daqueles que nada arrecadaram ou arrecadaram pouco em detrimento de números irrelevantes nas faixas maiores.

Portanto, ao somar o total arrecado, demonstra-se que as campanhas dos reeleitos em 2016 contam com um aporte financeiro muito mais significativo do que de outros segmentos de candidatos, condição que vai ao encontro do que propõe Lemos, Marcelino e Pederiva (2010), os quais indicam que mesmo aqueles candidatos que já possuem o cargo precisam se esforçar tanto quanto os outros para a obtenção de recursos, sejam eles públicos ou privados, sejam eles financeiros ou de bens e serviços, para aumentarem as suas chances de reeleição. Considerando os valores de cada tipo de financiamento e analisando-os individualmente, é possível verificar qual foi a principal fonte de arrecadação para determinada divisão de candidatos. Quanto ao diagnóstico das doações de pessoas físicas, observa-se a existência de forte desigualdade nesta modalidade de arrecadação entre os tipos de candidatos.

Tabela 2 – Doações de pessoas físicas aos candidatos por faixas de valores (em %)

Categoria	Reeleitos	Eleitos	Derrotados Competitivos	Derrotados Não Competitivos
Sem Declaração	0,00%	0,00%	0,00%	2,23%
0	4,35%	13,33%	11,59%	46,28%
0,01 - 5.000	17,39%	20,00%	24,64%	45,97%
5.000 - 15.000	17,39%	46,67%	28,99%	4,26%
15.000 - 30.000	8,70%	13,33%	18,84%	0,72%
30.000 - 50.000	17,39%	0,00%	7,25%	0,43%
50.000 - 100.000	13,04%	6,67%	7,25%	0,11%
100.000 +	21,74%	0,00%	1,45%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Valores calculados pelo autor, a partir de dados obtidos junto ao TSE (2016).

Nessa tabela, percebe-se que a faixa de maior valor das doações por pessoas físicas concentra-se no segmento dos reeleitos e com porcentagem mínima no segmento dos derrotados competitivos (porém, vale dizer que o único sujeito representante desta porcentagem foi um candidato à reeleição). Uma explicação cabível a essa ocorrência é que os sujeitos que integram esses segmentos mencionados possuem boa inserção social, principalmente por serem mais

conhecidos, terem um histórico político mais robusto, isto é, já possuem ações para mostrar ao eleitorado, o que resulta em maior amplitude para a sua rede de apoio e gera maior chance de sucesso eleitoral, enquanto as outras faixas de valores já demonstram maior distribuição, sem muitas disparidades entre as três principais categorias de candidatos – com poucas exceções, como a terceira faixa (R\$ 5 mil – R\$ 15 mil), em que, entre os eleitos, há uma concentração nesses valores.

Ao calcular a média das doações de pessoas físicas para as diferentes categorias de candidatos, observa-se disparidade do valor médio entre os reeleitos em relação aos demais. Entre os eleitos e os derrotados competitivos, a média de doações arrecadadas é mais próxima. Por fim, aqueles que estão enquadrados como Derrotados não Competitivos são os que obtiveram menor número nesse tipo de arrecadação, como se pode verificar na tabela a seguir.

Tabela 3 – Média de doações de pessoas físicas por candidatos

Classificação	Doação de Pessoas Físicas por Candidato
Reeleitos	R\$ 54.303,45
Eleitos	R\$ 12.102,18
Derrotados Competitivos	R\$ 16.725,34
Derrotados Não Competitivos	R\$ 1.185,68

Fonte: Valores calculados pelo autor, a partir de dados obtidos junto ao TSE (2016).

Os dados coletados nesse estudo sobre as arrecadações de doações de pessoas físicas já apontam novamente a convergência com os estudos feitos por Lemos, Marcelino e Pederiva (2010). O padrão de distribuição desses valores entre os tipos de candidatos categorizados nessa pesquisa manter-se-á nas variáveis seguintes, as quais serão aqui analisadas dentro de suas peculiares situações. Isso pode ser decorrência, como já foi salientado anteriormente, pelas eleições no Brasil serem bastante competitivas por causa da alta fragmentação partidária e da existência de um sistema de votos proporcionais de lista aberta em distritos de alta magnitude¹⁰, o que acarreta em elevada média de postulantes por cargo.

¹⁰ A alta magnitude são os distritos eleitorais que possuem alto número de cadeiras. A alta magnitude “acaba exigindo dos partidos [...] um patamar razoável de votação para que eles tenham representação parlamentar” (NICOLAU; SCHIMITT; 1995).

Ao fazer a análise do financiamento viabilizado por meio dos partidos políticos, separadamente do efetuado por meio de suas coligações, constata-se mais uma vez que aqueles que já possuíam o cargo legislativo municipal saem à frente das demais categorias de candidatos para a obtenção de recursos vindos dos partidos, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 4 – Doações por partidos aos candidatos por faixas de valores (em %)

Categoria	Reeleitos	Eleitos	Derrotados Competitivos	Derrotados Não Competitivos
Sem Declaração	0,00%	0,00%	0,00%	2,23%
0	69,57%	80,00%	78,26%	68,40%
0,01 - 5.000	13,04%	13,33%	17,39%	29,05%
5.000 - 15.000	13,04%	6,67%	2,90%	0,32%
15.000 - 30.000	4,35%	0,00%	1,45%	0,00%
30.000 - 50.000	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
50.000 - 100.000	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
100.000 +	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Valores calculados pelo autor, a partir de dados obtidos junto ao TSE (2016).

Aqueles partidos que mais contribuíram para as campanhas de seus candidatos foram o PSB e o PV. No caso da primeira legenda, os três candidatos vencedores na disputa pelo legislativo municipal em 2016 obtiveram, pelo partido, em média, R\$ 10.773,33. Já entre os derrotados, registrou-se em média R\$ 1.431,10 de repasses partidários, sendo R\$ 720,00 o valor mais frequente na amostra. Quanto ao PV, os seus dois candidatos eleitos obtiveram pelo partido R\$ 15.202,33 em média, já entre aqueles que foram derrotados, tem-se em média R\$ 694,84 de doações, sendo o valor que mais aparece no conjunto de R\$ 702,33.

Os valores repassados por partidos aos candidatos são pouco expressivos ao comparar com as outras fontes de financiamento – como a própria doação por pessoas físicas, visto anteriormente, quanto as outras que serão analisadas logo a seguir –, mas isso demonstra que novamente os “reeleitos” foram os que mais conseguiram esse tipo de arrecadação, sendo que 4,35% desses candidatos arrecadaram valores nas faixas entre R\$ 15 e R\$ 30 mil, porém, não sendo os únicos. Também há presença de um candidato dos “derrotados não competitivos”

nessa mesma faixa de valor, entretanto, vale salientar que esse mesmo candidato já possuiu o cargo de vereador em legislaturas passadas, o que sinaliza que os partidos tendem a disponibilizar mais de seus recursos (sejam eles doações privadas ou do fundo partidário) àqueles que já possuem ou possuíram cargos em detrimento de seus concorrentes correligionários.

Terminada a abordagem das doações por partidos, adentramos à análise dos candidatos que mais utilizaram recursos próprios. Nota-se que os maiores valores, mais uma vez, foram contabilizados no segmento dos reeleitos. Entre os eleitos e os derrotados competitivos, também foi importante a utilização de recursos próprios, mesmo que em menor proporção em relação aos reeleitos, com o maior número de seus candidatos (eleitos e derrotados competitivos) concentrados nas faixas de valores mais modestos.

Tabela 5 – Recursos próprios dos candidatos por faixas de valores (em %)

Categoria	Reeleitos	Eleitos	Derrotados Competitivos	Derrotados Não Competitivos
Sem Declaração	0,00%	0,00%	0,00%	2,23%
0	4,35%	20,00%	17,39%	64,57%
0,01 - 5.000	0,00%	46,67%	33,33%	28,09%
5.000 - 15.000	26,09%	13,33%	24,64%	3,62%
15.000 - 30.000	34,78%	6,67%	14,49%	0,74%
30.000 - 50.000	4,35%	13,33%	5,80%	0,53%
50.000 - 100.000	17,39%	0,00%	1,45%	0,11%
100.000 +	13,04%	0,00%	2,90%	0,11%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Valores calculados pelo autor, a partir de dados obtidos junto ao TSE (2016).

Esses dados demonstram a importância de os candidatos lançarem mão de recursos próprios, principalmente para aqueles que já possuíam o cargo de vereador, tendo uma concentração considerável de candidatos nas faixas de maior valor, endossando as conclusões de Mancuso e Speck (2014). Outro segmento que teve candidatos que dispuseram de valores mais altos em suas próprias campanhas foi o dos derrotados competitivos, mas, diferente dos reeleitos, a parcela de candidatos Derrotados Competitivos representou uma porcentagem bem menor para o seu segmento.

Analisando individualmente quais eram os candidatos que ali estavam presentes nas duas faixas de maior valor, constatou-se que se tratavam, novamente, daqueles candidatos que até então buscavam sua reeleição ou já possuíam algum cargo eletivo recentemente. Já entre os eleitos, teve-se uma distribuição mais concentrada nas faixas de valores médios, ou seja, 80% de seus candidatos recorreram de alguma forma aos seus próprios recursos. E, por fim, o segmento em que a maioria de seus candidatos não utilizou recursos pessoais foi o dos derrotados não competitivos, o que ajuda a enfatizar a importância desse tipo de fonte de arrecadação para as campanhas legislativas municipais mais bem-sucedidas.

Esse cenário do financiamento eleitoral curitibano no ano de 2016 está de acordo com o que Mancuso e Speck (2014) afirmam, de que os candidatos ao cargo de vereadores recorrem, em maior medida, a recursos próprios, além das doações de pessoas físicas. Também foi esse cenário que Horochovski, Mancuso e Camargo (2017) sugeriram como situação mais provável após a nova legislação eleitoral, na qual os candidatos recorreriam primordialmente aos recursos próprios, favorecendo aqueles que possuem um capital mais elevado, o que culmina em uma eleição mais desigual entre candidatos com mais recursos financeiros e aqueles que pouco possuem.

No que tange às doações, é importante verificar ainda as doações de candidatos para candidatos, que regularmente consiste no uso comum, tanto de sedes de campanha, quanto de materiais de propaganda eleitoral.

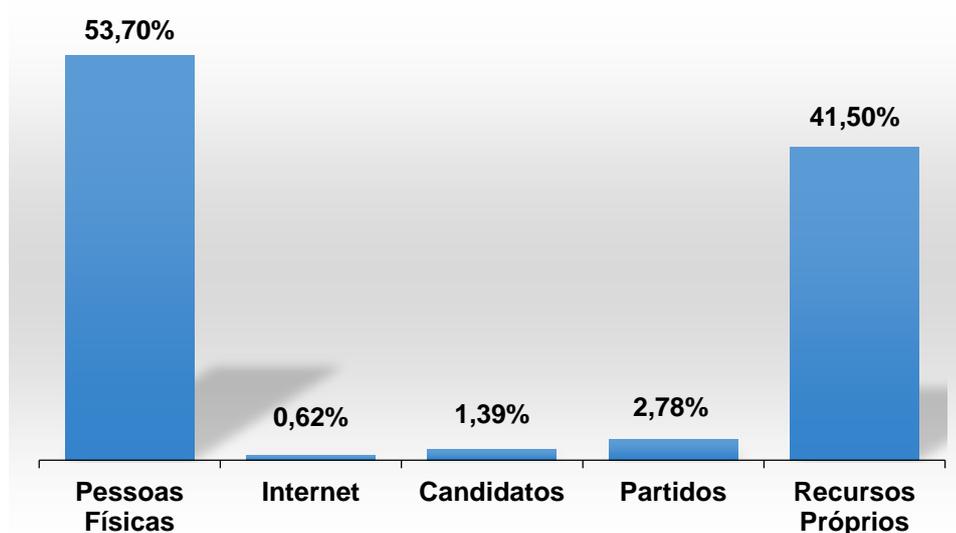
Tabela 6 – Doações entre candidatos por faixas de valores (em %)

Categoria	Reeleitos	Eleitos	Derrotados Competitivos	Derrotados Não Competitivos
Sem Declaração	0,00%	0,00%	0,00%	2,23%
0	21,74%	20,00%	30,43%	34,79%
0,01 - 5.000	78,26%	73,33%	68,12%	62,66%
5.000 - 15.000	0,00%	6,67%	0,00%	0,32%
15.000 - 30.000	0,00%	0,00%	1,45%	0,00%
30.000 - 50.000	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
50.000 - 100.000	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
100.000 +	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Valores calculados pelo autor, a partir de dados obtidos junto ao TSE (2016).

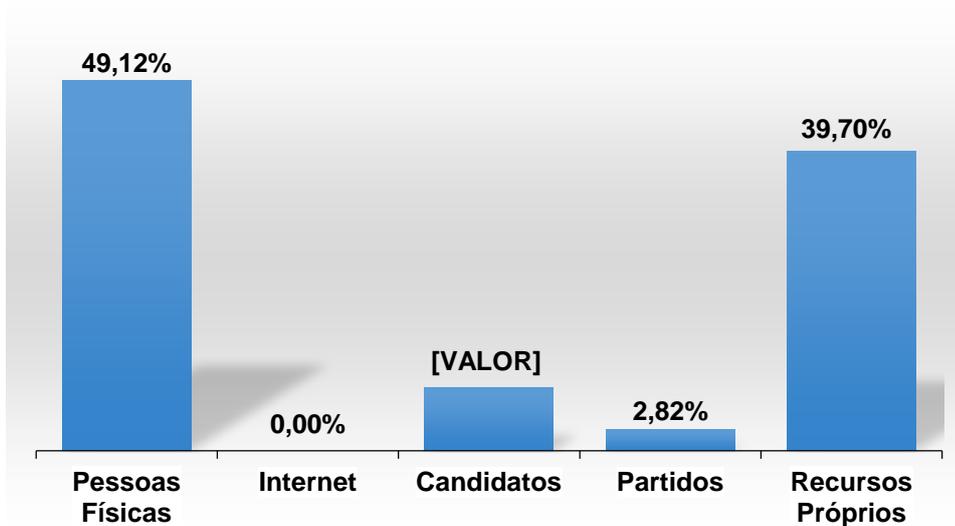
Na tabela anterior, vê-se um crescimento da concentração de candidatos com os valores maiores de zero, partindo do derrotado não competitivo até ao reeleito. Isso mostra, novamente, uma tendência de maior receita, mais votos e/ou sucesso eleitoral para o candidato que já possui cargo ou tem maior inserção social e política. Porém, em comparação às outras formas de financiamento, os valores totais desse tipo de doação mostraram-se não tão relevantes, mas sua forma de distribuição entre os tipos de candidatos mais uma vez vai ao encontro da tese de Lemos, Marcelino e Pederiva (2010) de que aqueles candidatos à reeleição, muitas vezes, têm de até se esforçar mais em suas obtenções de recursos do que aqueles candidatos desafiantes, que ainda não possuem o cargo ao qual concorrem. Terminadas as observações sobre as doações eleitorais, a seguir são apresentadas graficamente as principais fontes de receita para os diferentes tipos de candidatura nas eleições legislativas de 2016, de Curitiba.

Gráfico 1 – Fontes das arrecadações dos reeleitos



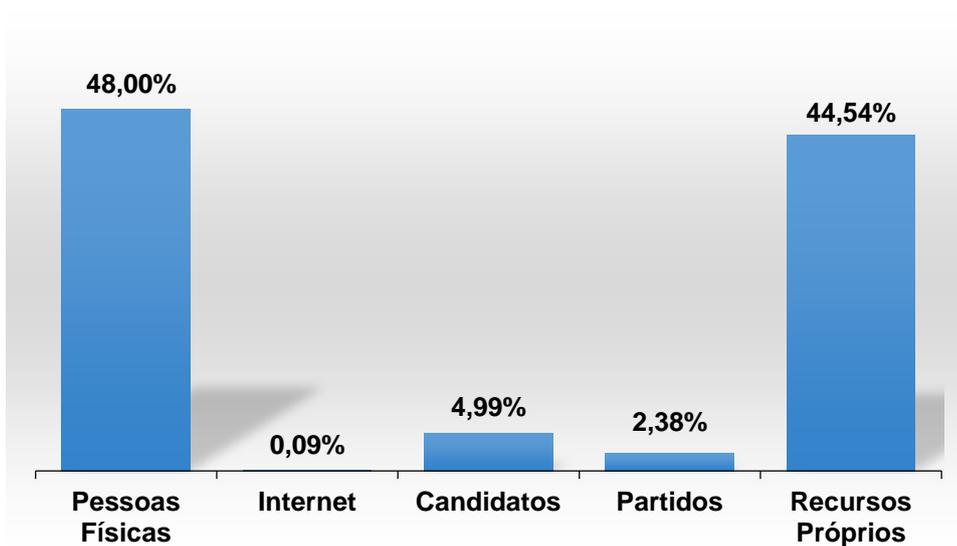
Fonte: TSE (2016).

Gráfico 2 – Fontes das arrecadações dos eleitos



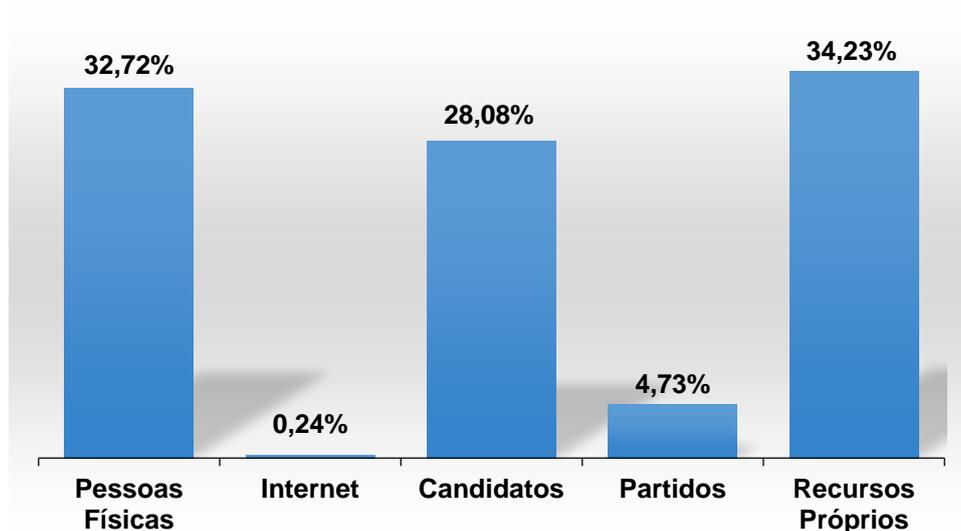
Fonte: TSE (2016).

Gráfico 3 – Fontes das arrecadações dos derrotados competitivos



Fonte: TSE (2016).

Gráfico 4 – Fontes das arrecadações dos derrotados não competitivos



Fonte: TSE (2016).

Esses gráficos demonstram como os candidatos que obtiveram considerado número de votos (reeleitos, eleitos e derrotados competitivos) tiveram maior independência dos recursos de partidos e outros candidatos. Assim, a maioria dos candidatos presentes nessas três principais categorias, um perfil de indivíduos dotados de maiores recursos para os seus autofinanciamentos, como também já abordado anteriormente, possui maior inserção política e social, conseguindo maior número de doações por pessoas físicas. Esses gráficos demonstram que as condições de financiamento eleitoral de Curitiba no pleito de 2016 corroboram as teses de Mancuso e Speck (2014) e Horochovski, Mancuso e Camargo (2017) de que, nas eleições para vereador, a maior parte de recursos de campanha vem do autofinanciamento e de doações de pessoas físicas, condições que favorecem a inserção de candidatos com maior poder aquisitivo.

Considerando os gastos eleitorais, de acordo com os dados coletados e demonstrados na tabela a seguir, observa-se que os reeleitos mais uma vez estão presentes nas faixas de valores mais altos. Os derrotados competitivos também tiveram um número considerável de candidatos com os maiores gastos por campanha, porém, de forma menos concentrada que entre os reeleitos. Já os eleitos seguiram o mesmo padrão dos dados das arrecadações e concentraram-se em

valores médios para mais discretos, entretanto, nenhum deles fez uma campanha com gasto zerado, como ocorre entre os derrotados competitivos. Destoando dos demais segmentos, que tiveram seus gastos concentrados em algumas faixas, os derrotados competitivos foram aqueles que tiveram o gasto mais distribuído entre as faixas, o que ilustra um perfil de candidato menos homogêneo.

Tabela 7 – Total de despesas pagas, por faixa de valor e tipo de candidato (em %)

Categoria	Reeleitos	Eleitos	Derrotados Competitivos	Derrotados Não Competitivos
Sem Declaração	0,00%	0,00%	0,00%	2,23%
0	0,00%	0,00%	1,45%	50,64%
0,01 - 5.000	0,00%	13,33%	21,74%	37,87%
5.000 - 15.000	0,00%	46,67%	14,49%	6,81%
15.000 - 30.000	26,09%	20,00%	21,74%	1,17%
30.000 - 50.000	13,04%	13,33%	17,39%	0,96%
50.000 - 100.000	26,09%	6,67%	15,94%	0,21%
100.000 +	34,78%	0,00%	7,25%	0,11%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Valores calculados pelo autor, a partir de dados obtidos junto ao TSE (2016).

Os maiores valores individuais de arrecadação e gastos são dos candidatos que se reelegeram e dos derrotados competitivos (entre esses, alguns eram candidatos à reeleição que não se elegeram). Nessa categoria, encontra-se o candidato que mais gastou naquele processo eleitoral (R\$ 287.654,06), e mesmo obtendo um número considerável de votos (5.572), por pertencer a um partido considerado “micro” (PHS) e não estar presente em nenhuma coligação na eleição proporcional, não conseguiu obter sucesso na disputa pelo cargo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de desenvolvimento dessa pesquisa, foram averiguadas qual a principal fonte de arrecadação que estes postulantes recorreram para disputar a eleição de 2016, o quanto em média os candidatos arrecadaram, o que pode contribuir para o sucesso eleitoral de eleitos e reeleitos e quais candidatos mais gastaram em sua campanha. Mediante os dados obtidos, foi possível realizar uma

análise mais aprofundada e, assim, averiguar principalmente se há uma relação efetiva entre gastos eleitorais e sucesso eleitoral (JACOBSON, 1978; CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2015; MANCUSO; SPECK, 2014; HEILLER, 2011) e, de modo adjacente, verificar se vereadores reeleitos gastaram mais (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003) do que aqueles que estavam sem mandato e se elegeram (JACOBSON, 1978; EDUARDO; ARAÚJO, 2016), e quais as principais fontes de recursos dos candidatos na referida eleição (MANCUSO; SPECK, 2014).

No âmbito financeiro, diante de potenciais ocorrências de caixa dois nas eleições, a Justiça Eleitoral tem feito esforços para que haja uma rápida e transparente divulgação dos dados das finanças das candidaturas, estabelecendo rigorosos prazos para que os candidatos declarem as suas prestações de contas e as de quem foram os seus financiadores, sendo todas elas acessíveis nos portais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE). Mesmo com todos esses esforços, diante da possibilidade de o caixa dois ser um fator determinante no processo eleitoral, criam-se limitações para uma exatidão na mensuração dos dados sobre o financiamento eleitoral. De todo modo, esses são os instrumentos possíveis para uma pesquisa e que já o são suficientes para indicar tendências e padrões.

Os valores obtidos por meio da pesquisa junto ao portal do TSE para este estudo e a sistematização destes números indicam um resultado oposto ao que concluíram Eduardo e Araújo (2016). Esses autores identificaram que os candidatos “novatos” exercem mais esforços para arrecadação e gastos do que aqueles que são candidatos à reeleição, que por já possuírem um histórico e presença na vida política, não necessitariam dispor de tantos recursos, se comparados aos candidatos que são eleitos pela primeira vez.

Os dados sobre recursos e gastos financeiros obtidos sobre as candidaturas a vereador em Curitiba em 2016 demonstram que os reeleitos gastaram tanto quanto os outros tipos de candidatos (eleitos e derrotados não competitivos), indo ao encontro do que escrevem Lemos, Marcelino e Pedriva (2010), que sustentam a tese de que as eleições brasileiras, por serem muito concorridas, são, assim, de alto risco. Isso faz com que o financiamento das candidaturas tenha o mesmo peso para os candidatos à reeleição em relação aos seus demais concorrentes. Ainda no que concerne às finanças, em especial os gastos, os dados mensurados no presente

estudo também reforçam as teses de Heiller (2011), Mancuso (2014) e Silva e Cervi (2017), de que quanto maiores os recursos empregados pelos candidatos, maiores as chances de se obter sucesso nas urnas.

Ainda em relação aos dados financeiros analisados na seção anterior, foi possível verificar que tanto a doação por pessoas físicas quanto a utilização de recursos próprios foram de grande importância para a reeleição e eleição dos candidatos, indo ao encontro da tese de Bruno Speck e Wagner Mancuso (2013). Esses dados oriundos da eleição de 2016 em Curitiba também estão de acordo com a tese de Mancuso (2014) de que um gasto eleitoral elevado resulta em uma votação mais expressiva. Entretanto, não é possível concluir que essas formas de arrecadações são determinantes suficientes para a vitória eleitoral, já que, como foi considerado na seção anterior, também é importante que o candidato esteja em um partido ou coligação de maior expressão eleitoral, tendo em vista que no sistema proporcional exige que tanto os partidos, as coligações e os candidatos atinjam os quocientes eleitoral e partidário mínimos para obter as cadeiras, o que é facilitado pelo agrupamento de votos atribuídos ao conjunto de candidatos do partido ou coligação.

Apesar de estar em consonância com as conclusões apresentadas por outros autores, é imprescindível salientar que o presente artigo não tem como objetivo representar uma conclusão final sobre a questão do financiamento de campanha e o sucesso eleitoral para as eleições de âmbito municipal. Para isso, é necessária uma pesquisa ampla, não somente com outras eleições na cidade de Curitiba, mas também em outras cidades e em outros períodos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.165 de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm> Acesso em: 19 nov. 2018. Texto Original.

CERVI, E. U.; COSTA D. L.; CODATO A.; PERISSINOTTO R. Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. **Sociedade e Estado**, Brasília, n. 1, v. 30, 2015.

CERVI, E. U.; SILVA, B. F. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 23, v. 1, 2017.

EDUARDO, F. L.; ARAÚJO, V. Perfil do candidato ou dinheiro: de onde vem o sucesso eleitoral dos candidatos, em eleições proporcionais no Brasil? **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, n. 1, v. 25, 2017.

HEILLER, J. G; Democracia: **O jogo das incertezas X Financiamento de campanhas. Uma análise das prestações de contas das campanhas de vereadores de SC**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina; Florianópolis, 2011.

JACOBSON, G. The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections. **American Journal of Political Science**, San Diego, 1978.

LEMONS, L. B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J.; Por que dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, 2010.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. IX, 2003.

MANCUSO, W. P.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F. Empresários e Financiamento de Campanhas na Eleição Presidencial Brasileira de 2014. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 25, n. 3, 2016.

MANCUSO, W. P.; SPECK B. W. Financiamento de campanhas e prestações de contas. **Cadernos Adenauer XV**, Rio de Janeiro, 2014.

NICOLAU, J. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NICOLAU, J. M.; SCHIMITT, R. A. Sistema eleitoral e sistema partidário. **Lua Nova: Revista de Cultura Política**, São Paulo, v. 1, n. 36, 1995.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n.1, 2012.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. O que faz diferença? Gasto de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer XIV**, Rio de Janeiro, 2013.